

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Queda de braço na PEC dos Precatórios 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Auxílio Brasil não freará aumento da pobreza 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo ameaça cortar emendas em negociação para PEC dos Precatórios 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Precatórios federais perdem valor de mercado diante de risco de calote 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Expectativa para o Refis da pandemia 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Repasses reforçam caixa e Estados gastam mais 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributação progressiva é tão americana quanto a torta de maçã - PAUL KRUGMAN 17

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Acordo endossado por G20 é a maior medida adotada contra paraísos fiscais (Editorial)
..... 19

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impasse entre Câmara e Senado dificulta tramitação de projetos da reforma tributária
..... 20

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: simplificar ou IVA dual? 22

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO

Novo surto faz China pedir que as pessoas estoquem comida 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

O futuro do Pix (Artigo) 25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Lira quer votar hoje a PEC dos precatórios 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Moratória para as dívidas das famílias, não para os precatórios (Tendências / Debates) (Artigo)
..... 29

Quarta-Feira, 3 de Novembro de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Retirada de estímulos nos EUA vai pressionar Brasil a reduzir risco e é desafio para o câmbio 31

Queda de braço na PEC dos Precatórios



Lira está disposto a encerrar a polêmica da PEC dos Precatórios hoje



Barros: oposição acredita que ajudar os pobres é "monopólio do Lula"



ISRAEL MEDEIROSTAINÁ ANDRADE



Principal aposta do governo para bancar o Auxílio Brasil, a PEC dos Precatórios pode ser votada nesta quarta-feira. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), convocou líderes partidários para um almoço em sua residência oficial, em Brasília. É um movimento semelhante ao que fez na semana passada, quando procurou líderes da oposição após o adiamento da votação por falta de quórum. Naquela oportunidade, a conversa não evoluiu, e a oposição reafirmou o posicionamento contrário à PEC 23/2021. Mesmo assim, Lira saiu do encontro afirmando que iria conversar com os líderes contrários, um a um.

Para esta quarta-feira, o Palácio do Planalto e a presidência da Câmara esperam que as conversas sejam mais produtivas. Segundo Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, "a oposição não quer que o Bolsonaro pague o Auxílio Brasil para os milhões de brasileiros mais pobres porque acham que é um monopólio do Lula". "Querem prejudicar o Brasil por causa de interesse político", argumentou.

A oposição vê de outra forma. Alega que as novas regras para o pagamento de dívidas judiciais representam um calote. Ao menos 130 dos 513 deputados - do PT, PSB, PDT, PCdoB, PSol e Rede - já declararam voto contrário à PEC. "Entendemos que a PEC representa um calote nos brasileiros que lutam há décadas na Justiça para receber. O segundo motivo é a perda de recursos para a educação, por meio da perda dos precatórios do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)", pontuou Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da oposição.

Entre os partidos do Centrão, a tendência é de apoio à proposta. Na semana passada, parlamentares do PSD se mostraram esperançosos sobre a possibilidade de um acordo, especialmente no que diz respeito aos precatórios devidos pela União ao estado da Bahia - Unidade da Federação que tem mais dinheiro a receber, cerca de R\$ 10 bilhões do total de R\$ 16 bilhões devidos a Bahia, Ceará, Pernambuco e Amazonas.

Segundo o deputado Efraim Filho (PB), líder do DEM na Câmara, alternativas estão sendo estudadas para tentar resolver a questão dos precatórios. "A que for mais sólida em termos de votos deve prevalecer. Arthur [Lira] está trabalhando firme para conquistar essa maioria e tem sido o grande articulador em defesa da PEC. O Democratas fará reunião da bancada nesta quarta, mas trabalha tentando construir uma solução", afirmou.

Apesar do pouco tempo para aprovar o texto, ele não acredita que a proposta será enterrada. Efraim afirmou que o almoço com Lira será fundamental para ver se o tema tem chances de prosperar e alcançar os 308 votos necessários para fazer a PEC avançar.

Segundo deputados, o presidente Arthur Lira orientou os parlamentares a registrarem presença pela manhã nesta quarta-feira. A recomendação significa que ele pretende ter quórum para votar projetos importantes e poderá tentar incluir textos polêmicos como o do homeschooling (ensino domiciliar) para tentar dividir a atenção e desarticular lideranças que são contrárias à PEC dos Precatórios.

O deputado Israel Batista (PV-DF) teme que essa seja a estratégia do presidente da Câmara. Ele argumenta que as dificuldades do governo para conseguir votos vieram após a aprovação do texto na Comissão

Especial. "O governo conseguiu ser rápido na Comissão Especial. Mas quando chegou ao Plenário, houve uma mobilização da Frente Servir Brasil, a oposição começou a jogar pesado contra a PEC 23, e as coisas começaram a ficar mais difíceis para o governo", pontuou.

Após a aprovação do projeto na Comissão Especial, os deputados passaram a avaliar a proposta de forma mais aprofundada, o que levou preocupações também para os parlamentares de perfil liberal, como os integrantes do Novo. Para Israel Batista, do jeito que está, é possível que o governo só consiga alcançar os votos se oferecer emendas parlamentares em troca.

"O que faria eles mudarem de opinião seria uma farra de emendas parlamentares, estamos vendo que há essa possibilidade. O governo viu que não tinha como avançar na PEC da reforma administrativa, e há indícios que aqueles R\$ 20 milhões poderiam ir para a aprovação da PEC 23, que é mais importante eleitoralmente para o governo, que pode fazer populismo com dinheiro público", criticou o deputado pelo Distrito Federal.

"Os parlamentares e o próprio setor financeiro não tinham compreendido ainda como a PEC os afetava, trazendo insegurança jurídica e alta na taxa de juros. Nós entendemos que essa alta tem a ver com a PEC dos Precatórios. O calote numa decisão judicial pode se ampliar para outras dívidas governamentais. A força da oposição ganhou reforço da direita liberal, como o Novo", descreveu Israel Batista.

Paulo Ganime (Novo-RJ), líder do partido Novo, afirmou que a articulação para retirar a matéria de pauta é a única negociação possível. "A pergunta tem que ser: qual a razão para alguém querer aprovar uma proposta como essa? O projeto é uma bomba. Um dos maiores atentados contra a economia brasileira das últimas décadas, porque cria o calote do calote, fura o teto, aumenta a dívida pública, diminui a confiança - já pequena - no governo brasileiro. Pode ampliar a crise econômica de uma forma que será muito difícil reverter, aumentando o dólar, a **inflação**, a dívida pública. Gerando desemprego e perda de poder de compra da população. É um total desastre", criticou.

Auxílio Brasil não freará aumento da pobreza

ROSANA HESSEL

Ao implementar, a partir deste mês, o Auxílio Brasil enquanto põe fim ao Bolsa Família e ao auxílio emergencial - sem que a pandemia da covid-19 tenha sido totalmente controlada -, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pode estar criando um sério problema para o ano que vem. Em meio às crescentes dúvidas sobre o novo programa, analistas avisam que a pobreza no país vai aumentar porque os vulneráveis continuarão desamparados.

O Auxílio Brasil, segundo especialistas, está sendo feito de maneira atabalhoada, sem garantias de que será mantido a partir de 2023. "O grande problema do Auxílio Brasil é que ele, na prática, acaba com o Bolsa Família, que é um programa bem desenhado e já tem uma tradição enorme no país, com uma previsão e uma estabilidade para os mais vulneráveis. Agora, eles podem ter uma renda com o Auxílio Brasil, mas ele acaba em 2022 e não tem nenhuma previsibilidade depois disso", afirmou a matemática Tatiana Roque, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O economista Simão David Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP), também não poupa críticas ao novo programa. "Em si, não é bom, porque tem abrangência limitada em um momento em que é preciso mais. O grande problema é que o governo está fazendo um estardalhaço para criar o Auxílio Brasil e o custo, que é mexer nas regras fiscais e nos precatórios (dívidas judiciais), será muito elevado", alertou.

Na avaliação de Silber, o governo deveria procurar recursos para o novo auxílio no Orçamento, cortando despesas, em vez de apostar na polêmica Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios. A medida dá uma pedalada nas dívidas judiciais e acaba de vez com o teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento das despesas à inflação - abrindo um buraco de quase R\$ 100 bilhões. "O custo indireto com a PEC dos Precatórios é muito elevado. O câmbio já disparou e os juros também. Seria melhor deixar o Bolsa Família, mas fica o carimbo do PT. Eles querem o carimbo do Bolsonaro."

Pelos cálculos do diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social),

Marcelo Neri, 6,8 milhões de pessoas poderão voltar para a situação de pobreza no país, que, atualmente, atinge 27,7 milhões. No primeiro trimestre de 2021, quando o governo interrompeu o pagamento do benefício, o número de pessoas vivendo com menos de ¼ do salário mínimo (R\$ 275) chegou a 34,5 milhões, o equivalente a 16,1% da população - maior patamar da história. "Esse dado pode ser menor se uma parcela conseguir algum emprego informal, mas não há dúvidas de que haverá aumento do estrato de pessoas vivendo em situação de pobreza", lamentou Neri. Ainda segundo ele, "o programa pode não ser eficiente, porque não há testes com benefícios que exigem contrapartida. E não sabemos o que virá em 2023".

Silber, da USP, estimou que metade das famílias que hoje recebem o auxílio emergencial deve voltar para a pobreza. E lembrou que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou as perdas de R\$ 54,7 bilhões em fraudes com o auxílio emergencial no ano passado. Se o governo tivesse se empenhado mais para recuperar esse dinheiro, ele seria suficiente para cobrir os R\$ 50 bilhões previstos pela Economia com o novo Bolsa Família. "Esse valor poderia financiar o novo programa, mas o site está interditado para quem recebeu o benefício indevidamente e tenta devolver", lamentou. Procurado, o Ministério da Cidadania não comentou o problema no site.

"Não há Plano B"

Conforme dados da pasta, o Bolsa Família atende 14,65 milhões de famílias e o objetivo do governo é ampliar essa base para 17 milhões com o novo programa a partir de dezembro. Enquanto isso, 34,4 milhões de famílias recebem, hoje, o auxílio emergencial; destes, 9,3 milhões fazem parte do Bolsa. Logo, 25,1 milhões de famílias deixarão de receber o auxílio emergencial neste mês, mas o governo não deu explicações sobre como pretende resolver esse problema caso a PEC dos Precatórios não seja aprovada.

No Ministério da Economia, o mantra é que "não há Plano B" para a PEC, que tem votação prevista para amanhã na Câmara, mas há risco de não haver quórum. No Palácio do Planalto, a ala política vem estudando uma saída, e tem deixado a equipe econômica fora desse debate.

Reajuste menor

Analistas ressaltam que os valores do Auxílio Brasil são uma incógnita e que, por enquanto, a nova ajuda ainda será inferior ao valor que tinha em 2014. Atualmente, o governo paga, em média, R\$ 250 para o auxílio emergencial, enquanto a média do Bolsa Família é de R\$ 192. Nem mesmo o reajuste de 20% prometido pelo ministro João Roma será concretizado. Já o "bônus" até dezembro de 2022, que faria com que o novo benefício passasse para "pelo menos" R\$ 400, ainda depende da PEC.

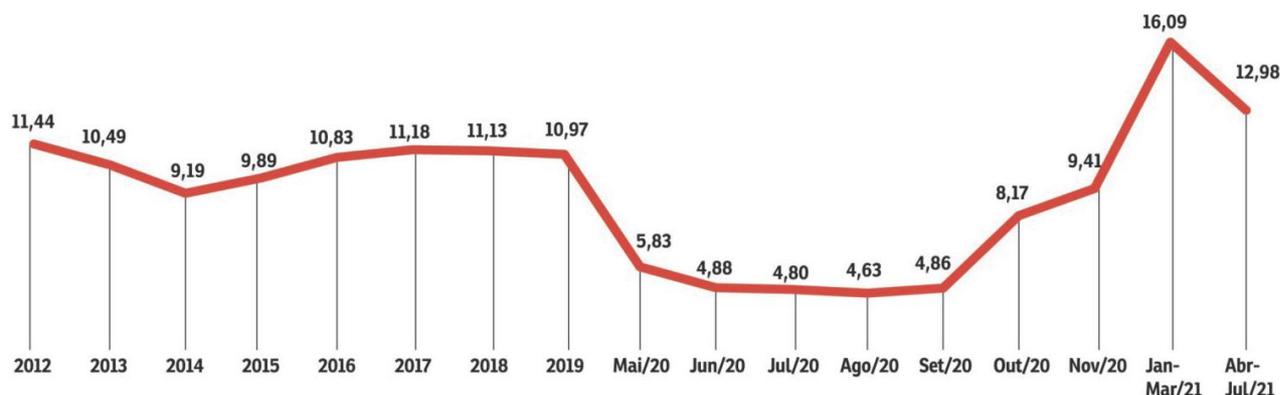
"Os pagamentos do Auxílio Brasil têm início no dia 17 deste mês e seguirão o calendário habitual do Bolsa Família. O valor médio do programa social será corrigido em 17,84% já neste mês", informou o Ministério da Cidadania. Segundo o órgão, em dezembro, "após a aprovação da PEC dos Precatórios, o governo federal pagará um complemento que garantirá a cada família, até dezembro de 2022, o recebimento de pelo menos R\$ 400 mensais". "Quem já está na folha de pagamento de novembro do Auxílio Brasil receberá o novo valor de forma retroativa", acrescentou. A pasta estima que 50 milhões de pessoas deverão ser atendidas pelo novo programa.

Neri, da FGV, lembrou que o programa aumenta a insegurança dos mais pobres, que já são os mais afetados pela crise. "A renda da população mais vulnerável é a que mais tem encolhido, porque eles são os que mais sentem o impacto da **inflação**". Pelos cálculos do economista, seria necessário um reajuste de 32,2% para o beneficiário do Bolsa Família recuperar o valor que tinha em 2014. "O governo não conseguiu nem corrigir esse problema com o novo programa. Ele tem muitas imitações e ainda tem um impacto negativo de curto prazo que será o aumento da pobreza."

Na berlinda

Com o fim do auxílio emergencial e a entrada do Auxílio Brasil, que virou um Bolsa Família turbinado, a tendência é que a pobreza, ao menos, volte para o pico histórico do início do ano, conforme dados do FGV Social

EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE POBRES - EM % DA POPULAÇÃO

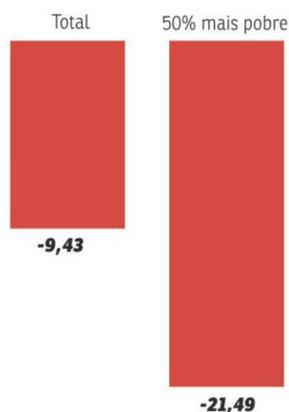


INSEGURANÇA

Os mais pobres sentem de forma mais dura o impacto da inflação, que está corroendo mais a renda

RENDA DE TODOS OS TRABALHOS

Comparação entre 4ºtri/21 e 2ºtri/21 - Em %



O PESO DA INFLAÇÃO PARA AS FAMÍLIAS

Levantamento do Ipea mostra o impacto das famílias com rendas mais baixa: São as que mais sentem o impacto da inflação

	Varição Mensal - Em%	Acumulada em 12 meses - Em%
IPCA - Set-21	1,16	10,25
Renda muito baixa (Menor R\$ 1.808,79)	1,30	10,98
Renda baixa (entre R\$ 1.808,79 e R\$ 2.707,88)	1,20	10,72
Renda média-baixa (Entre R\$ 2.702,88 e R\$ 4.506,47)	1,21	0,64
Renda média (entre R\$ 4.506,47 e R\$ 8.956,26)	1,13	10,09
Renda média-alta (entre R\$ 8.956,26 e R\$ 17.764,49)	1,04	9,32
Renda alta (Maior que R\$ R\$ 17.764,49)	1,09	8,91

Total de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família **14,65 milhões**

Total de famílias beneficiadas pelo auxílio emergencial: 34,4 milhões, dos quais **9,3 milhões** fazem parte do Bolsa Família

NOVO PROGRAMA

O Auxílio Brasil que dará lugar ao Bolsa Família terá nove tipos de benefícios:

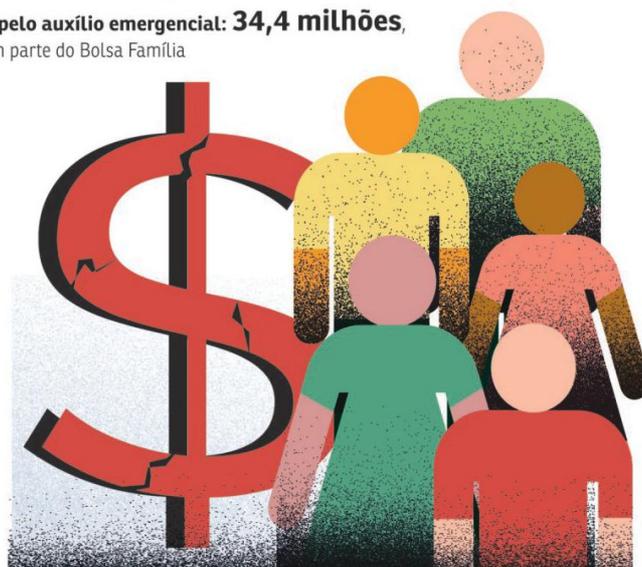
Benefício Primeira Infância - destinado às famílias que possuam em sua composição crianças com idade entre zero e trinta e seis meses incompletos, pago por integrante que se enquadre em tal situação;

Benefício Composição Familiar - destinado às famílias que possuam, em sua composição, gestantes ou pessoas com idade entre três e vinte e um anos incompletos;

Benefício de Superação da Extrema Pobreza - valor mínimo calculado por integrante e pago por família beneficiária do Programa Auxílio Brasil, cuja renda familiar mensal per capita, calculada após o eventual acréscimo dos benefícios Primeira Infância e Composição Familiar, for igual ou inferior ao valor da linha de extrema pobreza (renda per capita a ser regulamentada);

Outros benefícios do programa - Auxílio Esporte Escolar; Bolsa de Iniciação Científica Júnior; Auxílio Criança Cidadã; Auxílio Inclusão Produtiva Rural; Auxílio Inclusão Produtiva Urbana; e Benefício Compensatório de Transição.

Fontes: FGV Social, Ipea e Ministério da Cidadania/MP 1.061/2021



Governo ameaça cortar emendas em negociação para PEC dos Precatórios

Thiago Resende Danielle Brant

BRASÍLIA

A votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos precatórios, que autoriza o governo a gastar mais em ano eleitoral e viabiliza o programa social com a marca de Jair Bolsonaro (sem partido), se tornou motivo para uma queda de braço entre a Câmara e o Palácio do Planalto em relação à verba para emendas parlamentares.

Enquanto deputados da base e de partidos independentes pedem a liberação de mais recursos para votarem a favor da proposta, aliados de Bolsonaro passaram a ameaçar cortar até mesmo as emendas impositivas --aquelas que obrigatoriamente precisam ser pagas pelo governo-- de quem não apoiar a PEC, que deve voltar à pauta da Câmara nesta quarta-feira (3).

Emenda parlamentar é a forma de deputados e senadores enviarem dinheiro do Orçamento federal para obras e projetos em suas bases eleitorais. Isso amplia o capital político dos congressistas e tem um peso ainda maior com a proximidade das eleições de 2022.

Líderes partidários da base do governo na Câmara intensificaram nos últimos dias a pressão para que deputados estejam presencialmente nesta quarta em Brasília em mais uma tentativa de votar a proposta que abre espaço no Orçamento. São necessários pelo menos 308 votos em dois turnos para a PEC ser aprovada e seguir ao Senado.

A expectativa inicial era a de que o texto fosse votado na última quarta-feira (27), mas o baixo quórum de deputados na primeira semana de retorno às atividades presenciais da Câmara e divergências em torno do conteúdo da proposta adiaram a votação.

Os últimos ajustes de texto na PEC devem ocorrer durante o dia em reunião presencial com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Nos últimos dias, líderes procuraram deputados de suas bancadas pedindo que estejam em Brasília para votar a proposta. Além disso, houve ameaças de não

pagamento de emendas impositivas a deputados que faltassem à sessão.

Ainda assim, segundo deputados da base que preferiram falar de forma reservada, há risco de o governo não conseguir aprovar a proposta.

Integrantes do governo avaliam que será possível avançar com a PEC na Câmara nesta quarta. Mas o cenário é incerto diante da resistência à proposta nos partidos independentes, como MDB.

A votação é vista pelo Congresso como a mais relevante para o Palácio do Planalto até o fim do ano. Por isso, deputados querem uma moeda de troca. De acordo com líderes e articuladores governistas, o pedido é por mais emendas para quem for a favor do texto.

A execução das emendas parlamentares neste ano está em ritmo mais lento que em 2020 -cerca de R\$ 2 bilhões abaixo do mesmo período do ano passado. Ainda há bastante verba parada.

Apenas metade das emendas de relator do Orçamento (que são usadas em negociações políticas) foi empenhada. De R\$ 16 bilhões previstos para este ano, cerca de R\$ 8 bilhões ainda nem passaram, até o fim de outubro, por essa fase inicial do processo de conclusão de uma emenda.

A do relator é um tipo de emenda que foi incluída no Orçamento de 2020 pelo Congresso, que passou a ter controle de quase o dobro da verba de anos anteriores. O Palácio do Planalto e o presidente da Câmara têm usado esses recursos para privilegiar aliados políticos e, com isso, ampliar a base de apoio deles na Casa.

Dentro das emendas obrigatórias, são cerca de R\$ 5 bilhões ainda para serem liberados até o fim do ano.

Segundo integrantes do Palácio do Planalto, a execução delas está seguindo o fluxo normal. No entanto, em alguns casos há pendências para o contrato com os municípios. A Secretaria de Governo tem tido pouco influência nas emendas de relator, cujo negociação tem sido capitaneada por Lira e aliados do governo no Congresso.

Na semana passada, partidos de centro como MDB e PSDB resistiam a votar o texto -juntas, as bancadas têm 66 deputados. No caso da primeira legenda, houve um descontentamento com a votação do trecho que mudou o cálculo de tributação do ICMS para determinar que o tributo incidisse sobre o valor médio do combustível nos últimos dois anos.

O MDB era contrário à mudança e argumentou que Lira e o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), descumpriram acordo de votar outra proposta.

Já o PSDB rejeitava violar a regra do teto de gastos e também temia a pressão de professores. Ala do partido tem votado com o governo e participado das negociações por emendas, segundo parlamentares, mas uma parte dos deputados tucanos ainda é contra a PEC.

Um dos pontos de divergência trata da garantia do pagamento de dívidas de repasses do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Há cerca de R\$ 15,6 bilhões em precatórios desse tema para Bahia, Pernambuco, Ceará e Amazonas.

A oposição argumenta que professores perderão recursos se a PEC dos Precatórios for aprovada.

Diante da resistência, inclusive em partidos de centro e da base do governo, Motta passou a avaliar retirar essa verba do teto de gastos -regra que impede o crescimento das despesas acima da **inflação**. Mas a equipe econômica, que apoia a versão a ser votada pela Câmara, resiste à ideia.

A PEC foi aprovada no dia 21 de outubro na comissão especial da Câmara. Desde então, Motta percorre bancadas da base, independentes e de oposição ao governo em busca de apoio.

Inicialmente, a proposta foi editada para alterar as regras de pagamento de precatórios. Foi incluído no texto, porém, um dispositivo para driblar a regra do teto de gastos. Isso garante mais recursos ao governo já em 2022, ano em que Bolsonaro pretende concorrer à reeleição.

O conjunto das alterações previstas -mudança na regra dos precatórios e no teto- cria um espaço orçamentário superior a R\$ 90 bilhões no ano eleitoral de 2022, de acordo com dados do Congresso e do Ministério da Economia.

Integrantes do governo argumentam que esses recursos poderão ser usados para pagar mais emendas no próximo ano -no caso, emendas de relator.

Mas quase toda a verba já está comprometida com promessas de Bolsonaro, como a ampliação do Auxílio Brasil, o novo programa social com a marca do presidente, e o programa de auxílio financeiro a caminhoneiros.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49718&_ga=2.35078884.49060774.1635736836-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&anchor=6444679&pd=cf64c1fa3d4d5d0b901446acf578951b

Precatórios federais perdem valor de mercado diante de risco de calote

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO

Empresas e pessoas físicas que tentam negociar precatórios federais para antecipar o recebimento de dinheiro viram esses papéis se desvalorizarem diante da incerteza sobre como ficam esses pagamentos a partir de 2022.

Fundos, instituições financeiras e fintechs que entraram nesse mercado nos últimos anos e aumentaram a concorrência por esses ativos agora adotam posição de cautela diante da indefinição sobre a PEC dos Precatórios que tramita no Congresso.

Segundo pessoas que acompanham esse mercado, o deságio na negociação de precatórios federais passou de menos de 20% para até 40%. O receio se dá, principalmente, com dívidas de maior valor, uma vez que as menores terão prioridade na fila de pagamento.

Também chamada de PEC do Calote, a proposta apresentada pelo governo e que já foi aprovada por uma comissão especial da Câmara acaba com o pagamento regular dessas dívidas judiciais. Haverá um limite com base no gasto de 2016 (ano de criação do teto de gastos) corrigido pela **inflação**, o que reduz o valor do próximo ano de R\$ 89 bilhões para cerca de R\$ 45 bilhões.

As dívidas não pagas entram em uma fila, sem prazo para que o dinheiro seja recebido. Quem quiser receber no ano seguinte, precisa abrir mão de 40% do valor, deságio abaixo do valor de mercado e criado de forma arbitrária pelo Executivo e Legislativo.

O argumento do governo é que a mudança é necessária para viabilizar o programa social que vai substituir o Bolsa Família, mas a mudança, combinada com a alteração no índice de correção do teto de gastos, vai permitir o aumento de outras despesas no ano eleitoral.

Outra proposta, que seria retirar todos os precatórios do teto de gastos e manter o pagamento, foi rejeitada pelo governo e por parlamentares. De acordo com cálculos de uma grande instituição financeira, que pediu para não ser identificada e trata a proposta como um calote, essa solução abriria menos espaço

para gastos em 2022.

O sócio de uma gestora diz que deixou de negociar esses ativos desde 2020, quando surgiram as primeiras conversas sobre mudanças no pagamento desses títulos para viabilizar o novo programa social. A falta de previsão de recebimento dos recursos, segundo ele, torna impossível precificar esses ativos e garantir o retorno aos investidores.

Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional, afirma que as discussões sobre a PEC afugentaram as novas empresas que entraram nesse mercado e ajudaram a valorizar esses títulos, em favor de pessoas e empresas que necessitam receber o dinheiro antecipadamente.

"O preço dos precatórios no mercado secundário estava já na casa de 80%, 85% do valor de face. Porque começou a ter concorrência. [Agora] Esses novos entrantes estão saindo. Os tradicionais vão aumentar o deságio. No final das contas, você está destruindo a riqueza das pessoas e das empresas que precisam antecipar esses créditos", afirma.

Victor Cajano, associado de ativos judiciais da Hurst Capital, instituição que trabalha com ativos como títulos públicos judiciais, recebíveis empresariais e royalties musicais, também afirma que algumas negociações já foram afetadas pela expectativa de mudança nas regras sobre precatórios.

"Existe uma tensão maior nas negociações em razão da expectativa em torno da PEC. Especialmente os negócios de maior valor, que estão mais expostos à PEC, estão mais lentos ou até parados", afirma Cajano.

Thalles Silva, advogado da área tributária do Kincaid Mendes Vianna Advogados, diz que houve um aquecimento desse mercado durante a pandemia, com empresas e pessoas físicas procurando adiantar recursos e novas empresas interessadas nesses ativos, mas que a discussão sobre a PEC mudou o cenário.

"A gente está saindo de um cenário em que o precatório contra a União era valorizado, com uma previsibilidade de pagamento muito boa e os menores

percentuais de deságio, para um cenário de incerteza", afirma.

Além da queda na procura por esses ativos, o advogado afirma que pode haver aumento no número de interessados em vender, mesmo que por valores menores, pois há credores que tinham a expectativa de receber o valor do governo em breve, mas poderão entrar em uma fila sem perspectiva de quando serão pagos.

Silva afirma ainda que muitos investidores estão dando preferência para precatórios estaduais ou municipais em detrimento dos federais, principalmente nos de valores expressivos. "Nos federais, a gente vê até uma preferência por aqueles de valores abaixo de R\$ 400 mil. Naqueles maiores, hoje em dia, a gente não vê aquela mesma sede que exista antes."

Rodrigo Moratelli, CEO da Veritas Capital, afirma que instituição possui mais de R\$ 1 bilhão em precatórios na carteira, mas com o risco pulverizado em diversos títulos e um valor médio baixo, o que facilita a entrada na lista prioritária de pagamentos.

Para ele, a mudança pode afetar a rentabilidade dos investimentos já realizados, mas não vai gerar perdas, uma vez que os valores postergados serão corrigidos pela taxa básica Selic.

Moratelli lembra que esses investimentos são restritos a um público especializado, feitos por meio de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, os FIDC-NP, opção restrita a investidores profissionais --pessoas com aplicações superiores a R\$ 10 milhões ou especialistas autorizados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

A eventual aprovação da PEC levará a uma revisão das estratégias de investimento, por exemplo, com mais operações em que o risco é dividido entre as duas partes.

"Mais uma vez estão colocando a conta da ineficiência da máquina pública no bolso de alguém, que são os detentores dos precatórios, sem mexer nos custos da máquina pública", afirma Moratelli.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49718&_ga=2.35078884.49060774.1635736836-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&anchor=6444679&pd=cf64c1fa3d4d5d0b901446acf578951b

Expectativa para o Refis da pandemia



Samanta Sallum

A pandemia aumentou o número de empresas e brasilienses endividados. A inadimplência se acumulou nos mais diversos **impostos**. A situação levou o Governo do Distrito Federal (GDF) a reabrir o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (Refis) para abranger, agora, o período de 2019 e 2020. Ao todo, estão inscritos na dívida ativa 388.556 pessoas e 90.785 empresas. Entre 2019 e 2020, entraram na inadimplência 226.394 mil pessoas, que devem, ao todo, R\$ 334,7 milhões. O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é o tributo que soma maior dívida.

Apesar de serem em menor número na lista dos não pagadores, as empresas (19.998) acumularam, no período, o maior volume a ser renegociado: R\$ 2,7 bilhões. O montante devido, atualmente, aos cofres públicos referente ao período da pandemia chega a R\$ 3 bilhões. As empresas devem mais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). "Em especial, o comércio sofreu muito com o lockdown e todas aquelas restrições. Foi um período terrível. E ainda há muitas empresas tentando sobreviver, carregando dívidas enormes" relata Edson de Castro, presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF (Sindivarejista-DF). Entidades que representam o setor produtivo enviaram um pedido oficial ao GDF para que fosse estendido o período do Refis. Segundo elas, a medida vai dar fôlego financeiro para que estabelecimentos não fechem e sejam mantidos empregos. De maneira geral, somente poderão ser

renegociados o valor de multas e juros que incidem sobre a dívida. No entanto, as que foram contraídas até 2012 poderão sim ter abatimento do valor principal.

O último Refis foi realizado recentemente e renegociou dívidas contraídas até 2018. O prazo de adesão, aberto no final de 2020, foi encerrado no final de março deste ano. E bateu recorde histórico de arrecadação, foram cerca de R\$ 3 bilhões. E já entraram para os cofres do DF R\$ 600 milhões. "Dívidas consideradas impagáveis foram possíveis de serem renegociadas. Foi um sucesso muito grande o último Refis para o GDF. Mas, percebendo ainda as dificuldades de pessoas e empresas com dívidas acumuladas na pandemia, o governador Ibaneis Rocha (MDB) teve a sensibilidade de aumentar o prazo do benefício", aponta o secretário de Economia do DF, André Clemente.

Aprovação na Câmara

A previsão é de que o projeto de lei seja encaminhado nos próximos dias à Câmara Legislativa (CLDF), que sinalizou estar receptiva. "Estou convicto da necessidade da medida. Será uma boa notícia para a sociedade poder virar o ano com a perspectiva de tirar a corda do pescoço", reforçou o presidente da CLDF, Rafael Prudente. O projeto deve ser aprovado até dezembro, para que o prazo de adesão seja aberto em janeiro de 2022 e vá até março. Todas as dívidas, até 2020, poderão ser renegociadas.

Bares e hotéis

"A situação financeira do setor de hotéis, restaurantes e bares é muito delicada. O endividamento é muito grande, além dos índices absurdos de reajuste dos aluguéis. Ficamos muito agradecidos ao governo do DF, que atendeu ao nosso apelo e de todo o setor produtivo, e vai apresentar o Refis 2019/2020", disse o presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (Sindhobar-DF), Jael Silva.

O montante registrado da dívida ativa do DF, somado desde a década de 1960, chega a R\$ 30 bilhões. A metade, porém, é considerada "dívida podre", que nem Refis consegue recuperar. E, deste total, R\$ 28 bilhões são de empresas. Cenário cenário R\$ 30,8 bilhões Dívida ativa total (pessoa física e jurídica), desde a década de 1960 90.785 Empresas em dívida ativa até 2020 R\$ 28,5 bilhões Valor da dívida empresarial até 2020 388.566 Pessoas físicas inadimplentes até 2020 R\$ 2,2 bilhões Valor da dívida

de pessoas físicas até 2020 R\$ 3,1 bilhões Valor da dívida no período 2019/2020 226.394 Pessoas físicas inadimplentes no período 2019/2020 R\$ 334,7 milhões Valor da dívida de pessoas físicas no período 2019/2020 19.998 Empresas inadimplentes no período 2019/2020 R\$ 2,6 bilhões Valor da dívida empresarial no período 2019/2020

"Dívidas consideradas impagáveis foram possíveis de serem renegociadas" André Clemente, secretário de Economia do DF

"Ainda há muitas empresas tentando sobreviver, carregando dívidas enormes" Edson de Castro, presidente Sindivarejista-DF

"O endividamento é muito grande, além dos índices absurdos de reajuste dos aluguéis" Jael Silva, presidente do Sindhobar-DF

Tira dúvidas

Conheça as condições para participar do programa

QUAIS IMPOSTOS, TAXAS, TRIBUTOS PODERÃO SER RENEGOCIADOS?

De acordo com o art. 2º da proposta de anteprojeto, o Refis-DF 2021 visa a regularização de débitos tributários ou não, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não. A proposta indica que podem ser renegociados débitos com fato gerador até 31 de dezembro de 2020, contemplando ICMS, Simples Candango, ISS (inclusive o devido pelos profissionais autônomos e sociedades uniprofissionais), IPTU, IPVA, ITBI, ITCD, TLP. Em suma, estão contemplados no programa débitos de natureza tributária e não tributária devidos ao Distrito Federal e às suas autarquias, às fundações e às entidades equiparadas.

HÁ ALGUM TETO, ALGUM VALOR LIMITE PARA RENEGOCIAÇÃO?

Não há teto de valor a ser renegociado. Porém, a redução do valor principal está limitada a débitos tributários atualizados de até R\$ 100 milhões, consolidados por número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

QUAIS SÃO AS CONDIÇÕES E OPÇÕES DE RENEGOCIAÇÃO?

Estão previstas as seguintes condições:

I- redução do principal atualizado nas seguintes proporções: a) 50% do seu valor, para débitos inscritos

em dívida ativa até 31 de dezembro de 2002; b) 40% do seu valor, para débitos inscritos em dívida ativa entre 1º de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2008; c) 30% do seu valor, para débitos inscritos em dívida ativa entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2012.

II- redução de juros e multas, inclusive as de caráter moratório, nas seguintes proporções até 2020 d) 95% do seu valor, para pagamento à vista ou em até cinco parcelas; b) 90% do seu valor, para pagamento em seis a 12 parcelas, c) 80% do seu valor, para pagamento em 13 a 24 parcelas; d) 70% do seu valor, para pagamento em 25 a 36 parcelas; e) 60% do seu valor, para pagamento em 37 a 48 parcelas; f) 55% do seu valor, para pagamento em 49 a 60 parcelas; g) 50% do seu valor, para pagamento em 61 a 120 parcelas.

As condições acima são para aqueles contribuintes que optarem pelo pagamento em espécie. Nos casos de outras modalidades de pagamento, como a compensação com precatórios e a dação em pagamento, devem observar regras específicas.

QUAIS SÃO OS CRITÉRIOS PARA SER APTO AO BENEFÍCIO? HÁ ALGO QUE IMPEÇA DE ADERIR AO REFIS?

A adesão ao Refis-DF 2021, em qualquer das modalidades de extinção do crédito tributário previstas nesta Lei Complementar, fica condicionada: I- à desistência e à renúncia expressas, nas esferas administrativa e judicial, a qualquer direito de ação, impugnação ou recurso relativo ao débito a ser quitado, inclusive debate sobre os critérios prévios de atualização de débitos distritais, cabendo ao devedor arcar com o pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios; à aceitação plena e irrestrita de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e em regulamento específico; - tratando-se de débito objeto de execução fiscal ou de ação judicial: a) havendo penhora ou arresto de bens efetivados nos autos ou outra garantia, a concessão do parcelamento de que trata esta Lei Complementar fica condicionada à manutenção da respectiva garantia; b) na hipótese de existir depósito judicial, a adesão ao Refis-DF 2021, para quitação do débito à vista, pode dar-se mediante conversão do depósito em renda, desde que não haja determinação judicial a favor do Distrito Federal anterior à adesão ao Refis-DF 2021 para expedição de alvará de levantamento da quantia depositada.

QUANDO FOR ABERTO O PRAZO DE ADESÃO, QUAIS SÃO OS PASSOS QUE A EMPRESA TERÁ DE SEGUIR PARA PARTICIPAR DO REFIS?

O contribuinte poderá fazer a renegociação diretamente no site da Secretaria de Economia, emitindo o documento de arrecadação (DAR) referente ao pagamento à vista ou parcelado, sem a necessidade de análise prévia da pasta.

COMO SERÁ FEITA A ANÁLISE DO PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO E COMO É CONCLUÍDA A RESPOSTA DA SECRETARIA DE ECONOMIA?

Conforme citado acima, em regra, não será necessária a manifestação da Secretaria. Em casos específicos, como a compensação com precatórios, a dação em pagamento e o parcelamento de débitos, o contribuinte deverá formalizar o seu pedido através do Atendimento Virtual, disponibilizado no nosso site, acostando os documentos exigidos.

CENÁRIO

R\$ 30,8
BILHÕES

Dívida ativa total
(pessoa física e jurídica),
desde a década de 1960

90.785

Empresas em dívida
ativa até 2020

R\$ 28,5
BILHÕES

Valor da dívida
empresarial até 2020

388.566

Pessoas físicas
inadimplentes
até 2020

R\$ 2,2
BILHÕES

Valor da dívida de pessoas
físicas até 2020

R\$ 3,1
BILHÕES

Valor da dívida no período
2019/2020

226.394

Pessoas físicas inadimplentes
no período 2019/2020

R\$ 334,7
MILHÕES

Valor da dívida de pessoas
físicas no período 2019/2020

19.998

Empresas inadimplentes
no período
2019/2020

R\$ 2,6
BILHÕES

Valor da dívida
empresarial no período
2019/2020

Repasses reforçam caixa e Estados gastam mais

Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187052?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187052?page=1§ion=1

Tributação progressiva é tão americana quanto a torta de maçã - PAUL KRUGMAN

PAUL KRUGMAN

Os democratas podem -enfim- estar chegando a um acordo sobre um plano de arrecadação e gastos. Os números claramente serão inferiores à proposta original do presidente Joe Biden, e muito mais baixos do que os progressistas desejavam. No entanto, serão infinitamente mais altos do que qualquer coisa que os republicanos teriam feito, porque, caso o Partido Republicano estivesse no controle do Congresso, nada faríamos para investir no futuro dos Estados Unidos.

Mas o que o plano efetivamente fará? As reportagens vêm se concentrando demais nos números brutos dos gastos -US\$ 3,5 trilhões, não, US\$ 1,5 trilhão: pouco importa-, sem dizer muito sobre as políticas que esses gastos bancariam. É justo dizer, porém, que o governo Biden poderia ter trabalhado melhor para resumir seus planos em forma de slogans fortes.

Por isso, permita-me propor um deles: tributar os ricos para ajudar as crianças dos Estados Unidos. Isso resume boa parte do que a legislação provavelmente fará. A cobertura da imprensa indica que a versão final do projeto deve incluir **impostos** sobre as rendas dos bilionários e um imposto mínimo para empresas, acompanhados por diversos programas dirigidos às crianças. E as ações com relação à mudança do clima também podem ser consideradas como maneira de ajudar as futuras gerações.

Os republicanos, é claro, condenarão o que quer que os democratas aprovem. Mas existem três coisas que é preciso saber sobre tributar os ricos e ajudar as crianças: as duas coisas são boas ideias do ponto de vista econômico. São extremamente populares. E seguem firmemente as tradições dos Estados Unidos.

Sobre o aspecto econômico: ainda que o Partido Republicano moderno tenha assumido um compromisso inalterável para com a ideia de que **impostos** baixos sobre as empresas e sobre os ricos são a chave para o sucesso econômico, a correlação histórica aponta no sentido oposto. A economia americana cresceu mais rápido nos períodos em que os **impostos** que incidiam sobre os mais ricos eram relativamente altos do que quando eles eram baixos.

Por outro lado, existem indicações esmagadoras de

que ajudar as crianças, além de ser a coisa certa a fazer, tem vantagens econômicas importantes. Crianças que se beneficiam de programas de segurança social como o auxílio-alimentação se tornam adultos mais saudáveis e produtivos. Crianças que recebem educação pré-escolar a partir dos quatro anos de idade apresentam maior probabilidade de concluir o segundo grau e de conseguir vagas em uma universidade do que as crianças que não o fazem. Como já argumentei no passado, os argumentos econômicos em favor de investir nas crianças são ainda mais fortes do que aqueles em favor de investir em infraestrutura.

Quando a questão é a opinião pública, é impressionante o efeito quase insignificante que 40 anos de propaganda contra os **impostos** e contra a ideia de governo tiveram sobre as opiniões dos eleitores. As pesquisas de opinião pública demonstram constantemente que uma grande maioria dos eleitores, entre os quais muitos republicanos, apoiam **impostos** mais altos sobre as grandes empresas e sobre os ricos. A grande maioria também apoia subsídios às despesas das famílias com a criação de filhos e assistência para famílias que incluam crianças.

É verdade que políticos que combatem uma presença forte do governo frequentemente vencem eleições - mas o fazem, com raras exceções, não porque o público acate as visões libertárias, e sim porque os eleitores brancos às vezes se deixam convencer de que os programas do governo só beneficiam pessoas não brancas.

Por fim, embora os políticos republicanos rotineiramente acusem os democratas de serem antiamericanos, e as propostas democratas de serem marxistas, a história nos mostra que os elementos-chaves do pacote legislativo que provavelmente veremos em breve -assistência às crianças pobres e de classe média, acompanhada por **impostos** mais altos sobre os ricos- são uma ideia essencialmente americana.

Lembre-se de que nós somos a nação que basicamente inventou o ensino universal. Thomas Jefferson apelou por escolas bancadas pelo Estado ainda durante a guerra de independência dos Estados Unidos (sim, apenas para as crianças brancas, mas mesmo assim...) No século 19, os Estados Unidos

lideraram o planeta na criação de "escolas combinadas", que tinham o objetivo de incluir estudantes de todas as classes sociais, e muitos dos argumentos usados em favor desses programas estão sendo repetidos agora em defesa da educação pré-escolar e de outras formas de assistência às crianças.

Por isso, quando os republicanos condenam as políticas que beneficiam as crianças como socialistas e tentam promover as escolas privadas, são eles, e não os democratas, que estão rejeitando as tradições dos Estados Unidos.

E veja só: também é possível argumentar que foram os Estados Unidos que inventaram a tributação progressiva. O país tem **impostos** de renda e **impostos** sobre heranças progressivos -ou seja, com alíquotas mais altas incidindo sobre as grandes rendas e patrimônios- desde 1916.

É notável que os proponentes iniciais desses **impostos** não os encarassem apenas como maneira de elevar a arrecadação. Também apelaram explicitamente por **impostos** sobre os ricos como forma de limitar a desigualdade, e especialmente como forma de prevenir o surgimento de uma oligarquia hereditária. Assim, em 1905, Theodore Roosevelt argumentou que era essencial prevenir a "herança ou transmissão completa" de "fortunas infladas para além de limites saudáveis", e em 1907 ele apelou por um "forte imposto progressivo" sobre as heranças a fim de atingir essa meta.

Um político moderno que afirmasse coisa parecida seria acusado de se envolver em uma guerra de classes antiamericana. Mas se isso for mesmo uma guerra de classes, é importante aproveitá-la da melhor maneira; assim como gastar dinheiro público para ajudar as crianças de famílias de renda mais baixa, a tributação progressiva é tão americana quanto a torta de maçã.

Por isso, se os democratas enfim chegarem a um acordo sobre um plano fiscal, eles deveriam se esforçar ao máximo para promovê-lo. A economia, a política e as tradições históricas dos Estados Unidos estão do lado deles.

Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia, colunista do jornal The New York Times

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Acordo endossado por G20 é a maior medida adotada contra paraísos fiscais (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Impasse entre Câmara e Senado dificulta tramitação de projetos da reforma tributária

Washington Luiz

A divisão das propostas que alteram a **legislação tributária** entre as duas Casas do Congresso para facilitar a tramitação não resultou no efeito esperado. Tanto o projeto do novo Refis, de autoria do Senado, quanto o de reforma do Imposto de Renda, que começou na Câmara, estão parados sem previsão de serem pautados para votação.

No caso do Refis, que parcela dívidas de devedores da União em 12 anos e perdoa juros e multas em até 90%, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já avisou aos líderes do Senado que só será votado quando a proposta de mudanças no IR for apreciada pelos senadores.

Diante dessa condição e da necessidade do Planalto em obter recursos para bancar o Auxílio Brasil, o líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE), tem pressionado os colegas da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) a votarem o projeto que foi aprovado pela Câmara ainda no início de setembro.

"Nós temos que pautar [a reforma do IR]. Seja para aprovar, seja para reprovar. O governo está aberto ao diálogo no sentido de promover algumas alterações no texto que veio da Câmara para que a gente possa, até o dia 15 de novembro, deliberar a matéria no Senado Federal, sobretudo na Comissão de Assuntos Econômicos", cobra Bezerra, que relatou o texto do novo Refis.

Apesar do apelo, os senadores ainda resistem em votar o projeto do IR. O próprio Angelo Coronel (PSD-BA), responsável pelo parecer da proposta, diz que a possibilidade de aprová-lo em novembro é remota.

A saída avaliada por Coronel para destravar a tramitação é dividir o texto em duas propostas. Uma apenas com o reajuste na tabela do IR e outra com a parte relativa à cobrança de **impostos** de pessoas jurídicas e tributação de lucro e dividendos, que enfrenta maior resistência na Casa.

"Vou apresentar um projeto, em conjunto com vários senadores, para desmembrar a tabela do imposto de renda do projeto original para correr com mais celeridade, já que os outros itens são itens polêmicos e que precisam de mais discussão", relata.

Pela versão atual, a faixa de isenção do IR passaria de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 mensais. Já os lucros e dividendos seriam taxados em 15% como Imposto de Renda na fonte.

A expectativa é que somente as alterações no Imposto de Renda para a pessoa física sejam aprovadas ainda neste ano para que possam valer a partir de 2022. Caso essa separação ocorra, o governo não terá uma das fontes que esperava para bancar o novo programa social, uma vez que parte dos recursos viriam da taxação de lucros e dividendos.

Outra preocupação do relator é com a possibilidade de a Câmara não acatar as alterações que o Senado propor e retomar a versão inicial.

"Nós vamos fazer as devidas modificações no projeto original. Depois que estiver com essas modificações prontas, vamos sentar, Câmara e Senado, para ver se já há um pré-acordo antes da votação. O que eu quero fazer no meu relatório é simplesmente uma coletânea do que eu ouvi e recebi de sugestão dos contribuintes", conclui.

Enquanto o principal empecilho para a reforma do IR é a resistência dos senadores, na Câmara, o cenário do Refis é outro. Deputados consideram que o projeto depende apenas da boa vontade do presidente Arthur Lira para ser votado e aprovado.

Porém, por se tratar de uma proposta de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o texto tem sido usado como uma forma de pressionar os senadores a apreciarem propostas de interesse do governo e do próprio Lira.

Desde que chegou à Câmara, a iniciativa teve apenas o relator indicado: André Fufuca (PP-MA), aliado de Lira. Sem nenhum sinal de quando será apreciado, a Frente Parlamentar do Setor de Serviços encaminhou um manifesto ao presidente da Casa no qual cobra a deliberação da proposta.

"Além dos benefícios às empresas e pessoas físicas, a reabertura do prazo de adesão ao programa é uma medida efetiva para incentivar o aumento de arrecadação e o equilíbrio das perspectivas orçamentárias, uma vez que o programa é um grande

estímulo à liquidação de débitos tributários e não tributários", argumentam no documento.

da-reforma-tributaria.shtml

O novo Refis permitirá a possibilidade de renegociação de débitos tributários para pessoas físicas e empresas, inclusive àquelas que se encontram em recuperação judicial e submetidas ao regime especial de tributação.

Poderão ser pagos ou parcelados os débitos vencidos até o último dia do mês anterior à entrada em vigor da lei. As parcelas terão valores reduzidos nos três primeiros anos.

As empresas que aderirem ao programa terão modalidade de liquidação diferente conforme a queda de faturamento registrada entre os períodos de março a dezembro de 2020 em comparação com o período de março a dezembro de 2019. Quanto maior a queda de faturamento, melhores serão as condições de pagamento da dívida.

Embora o próprio ministro Paulo Guedes (Economia) tenha sinalizado apoio a um projeto de renegociação de dívidas tributárias, membros da pasta afirmam que o programa não poderia ser tão amplo .

O ministério é contrário em especial a um programa que permita a renegociação de dívidas para quem não foi afetado pela crise da Covid-19 ou para quem lucrou durante o período.

A preocupação é que o impacto fiscal decorrente do texto representa mais uma bomba a estourar nas contas públicas, que estão em déficit desde 2014. Por isso, a tendência é que a pasta recomende que ele não seja sancionado.

Para evitar um possível veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), Pacheco se antecipou e enviou ao TCU (Tribunal de Contas da União) uma consulta na qual questiona se há necessidade de medidas de compensação para o Refis. O órgão ainda não respondeu ao senador.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/impasse-entre-camara-e-senado-dificulta-tramitacao-de-projetos->

Reforma Tributária: simplificar ou IVA dual?

João Diniz
Presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse)

O tema **Reforma Tributária** volta a ser discutido intensamente no Congresso Nacional .

A PEC 110 é a "bola da vez" e o centro dos debates.

No seu texto, vende-se a ideia do IVA dual -ICMS junto a ISS, num IVA subnacional; e um IVA federal, denominado CBS - como um imposto moderno, como se a retomada do crescimento econômico dependesse de sua aprovação. Se tivermos IVA dual, o país volta a crescer; se não o tivermos, estagnação.

A falsa profissão de fé que relaciona IVA a uma tributação de excelência esbarra na realidade brasileira, que dá valor não só à não cumulatividade, mas também à simplicidade, esta fundamental para as empresas prestadoras de serviço, ainda mais com a economia digital.

O setor de serviços seria o mais onerado com o texto atual da PEC 110, apesar de representar mais de 2/3 do **PIB** e do emprego, e oferecer solução mais equilibrada (Emenda Substitutiva Global 146 à PEC 110) juntamente com os médios e grandes municípios. Mas, estranhamente, está sendo vetado para se debater com detalhes as premissas de uma boa reforma da tributação do consumo, seja em audiências públicas ou reuniões técnicas.

A tendência de aumento de carga tributária é grande no IVA, principalmente nas médias e grandes cidades. No IVA subnacional, porque os estados e municípios de origem perdedores irão aos respectivos parlamentos para aumentar suas alíquotas, a fim manterem seus orçamentos; enquanto os estados e municípios de destino ganhadores não abaixarão suas alíquotas.

A CBS, com uma alíquota de 12%, traria brutal aumento de carga para os serviços, que hoje pagam PIS/Cofins a uma alíquota de 3,65% no regime cumulativo e simplificado, e de 9,25% no não cumulativo, não tendo praticamente nada a se compensar, ao contrário dos setores com cadeia produtiva longa. Além de o repasse de aumento ao consumidor final não ser automático, dependendo da

concorrência, haveria oneração ao consumidor final inclusive nos preços dos produtos que têm serviços em sua cadeia produtiva, tais como transporte, armazenamento e logística, afetando negativamente a **inflação**, o consumo, a arrecadação e, mais grave, o emprego.

Com 85% das empresas do país, que hoje estão no regime simplificado da PIS/Cofins cumulativa, passando para o não cumulativo da CBS, por natureza mais complexo, empresas pequenas e médias terão que contratar contadores, pelo aumento da dificuldade de apuração (custo de conformidade), e advogados, pelo aumento da litigiosidade.

Conforme pesquisa da CNI, em 2019, o maior impacto negativo sobre a competitividade se dá com ICMS (42% dos respondentes), seguido da PIS/Cofins não cumulativa (16%), cuja causa é uma não cumulatividade imperfeita, pela restrição do direito ao crédito; assim como a União, com a restritiva definição de insumo.

Comparando-os com o ISS, este não é problema porque, em que pese cumulativo, é de simples apuração (alíquota vezes faturamento) e tem alíquota máxima baixa (5%). Tanto que, na mesma pesquisa, só 1% dos industriais respondeu que o ISS atrapalhava a competitividade. As empresas que têm pouco crédito a tomar preferem simplicidade à não cumulatividade.

A tão santificada não cumulatividade, sequer o texto da PEC 110 entrega, pois permite à lei complementar prever que o IVA dual seja "cobrado em uma única etapa, admitida a não aplicação" dessa não cumulatividade. Ou seja, um IVA que não é IVA e sim um imposto cumulativo. Incoerência patente entre o discurso e a realidade do texto proposto, que incentivará lobbies em Brasília, cada setor lutando por um "regime diferenciado de tributação" para chamar de seu, como ocorreu com a criação da PIS/Cofins não cumulativa em 2003.

Os estados já fogem da não cumulatividade no ICMS sempre que possível, como no caso da malfadada substituição tributária para frente, que inclusive está mantida no texto da PEC, onde se cobra todo o ICMS da cadeia produtiva no seu início, gerando distorções na economia.

O texto da PEC deixa claras as intenções por trás do alinhamento dos 27 estados. Em deslealdade federativa para com os municípios, estão muito mais preocupados em abocanhar importantíssima fonte de financiamento das médias e grandes cidades, o ISS, onde reside a maioria da população brasileira, e com bolsões de pobreza agravados com a pandemia, do que de fato entregar um sistema da tributação de consumo eficiente.

Assim, os estados deveriam aprimorar seu IVA, o ICMS, principal causador dos males da tributação do consumo, nos moldes do Simplifica Já, unificando suas 27 legislações e sistemas de documentos eletrônicos. Os municípios estão fazendo a sua parte no tocante ao ISS, conforme a mesma proposta.

Defensores do IVA dual olham para os países desenvolvidos e se esquecem de notar a realidade brasileira, em que a alíquota total mais elevada do mundo (superior a 30%) estimularia a desesperada busca por créditos por parte das empresas, estimulando fraudes e evasão fiscal, além de aumentar a complexidade, com as imperfeições acima apontadas no texto da PEC.

O Simplifica Já ainda resolve a PIS/Cofins, garantindo crédito amplo no conceito de insumo para as empresas submetidas ao regime não cumulativo; e desonera parcialmente a folha, com uma contribuição previdenciária tanto menor quanto maior for a empregabilidade, beneficiando inclusive a indústria. Para compensar, uma contribuição patronal sobre plataformas de marketplace, que aproximam serviços de transporte individual e entrega de refeição, conferindo responsabilidade social à sua imagem e **seguridade social** aos seus motociclistas e motoristas, apesar de não serem seus empregados.

Fica a pergunta: a quem interessa a PEC 110? ?

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/reforma-tributaria-simplificar-ou-iva-dual.shtml>

Novo surto faz China pedir que as pessoas estoquem comida

Ryan McMorrow e Tom Mitchell

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187052?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187052?page=1§ion=1

O futuro do Pix (Artigo)



LUIZ COIMBRA Co-CEO e fundador da Shipay, fintech que integra os principais pagamentos digitais por QR Code

Um mercado promissor para os meios de pagamento. A tecnologia aliada às práticas de inovação abriu caminho sem volta para as transformações do mundo físico por meio do digital. Não são megatendências, já existem e o momento agora é aprimoração. Quando falamos do Brasil, a resistência é ainda maior e se dá de forma cultural, porém, a potencialidade é infinita no que tange oportunidades de mercado. Em nosso país, o número de conectados à internet ultrapassa 152 milhões de pessoas, segundo o Comitê Gestor da Internet do Brasil (ICG), por meio da pesquisa TIC Domicílios. Será que temos potencial?

Num país com 213 milhões de cidadãos e um alto percentual de desbancarizados - cerca de 34 milhões -, um dos desafios para o Pix é alcançar essa parcela, pois existe muito espaço para crescimento. Entretanto, um levantamento do Instituto Locomotiva mostrou que 39% dos brasileiros têm contas em bancos digitais ou tradicionais. Dessa parcela, 48% são jovens entre 18 a 29 anos, que afirmaram ter conta em bancos digitais, sendo 17% neste formato exclusivamente.

A oportunidade do Pix é crescente desde seu lançamento, em 2020. A modalidade agrega infinitas possibilidades e gera espaço para oportunidades de negócios. Apostando em um aplicativo que utiliza API (Application Programming Interface) é possível pagar e receber em menos de dez segundos. Segundo dados

do Banco Central, só no meio do ano, foram cadastradas cerca de 300 milhões de chaves, isso é maior que toda a população do Brasil. Dos quais, 95% são pessoas físicas e 5%, pessoas jurídicas.

Com menos de um ano de seu lançamento, o Pix já havia superado a quantidade de boletos liquidados, TEDs, DOCs e cheques somados no Brasil. Os números impressionaram o mercado, que viu no sucesso do meio de transferências e pagamento, novas possibilidades para os brasileiros cuidarem de suas finanças pagando os serviços de forma mais ágil e segura, sem se preocupar em sacar dinheiro.

Porém, segurança é um ponto importante no Brasil, certo? Nos últimos meses, temos assistido a uma escalada de violência urbana nas grandes metrópoles do país, de olho na transferência rápida de valores. O Banco Central tem estado atento, tanto que já publicou a normativa BCB nº 20, que está em vigor, estabelecendo o limite de R\$1.000 para transações no horário noturno, prazo para efetivar o aumento de limite de transações e cadastro de contas que poderão receber Pix de maior valor. Além disso, a partir de 16 de novembro, as instituições financeiras poderão bloquear o recebimento de transferências via Pix a pessoas físicas por até 72 horas, caso haja suspeita de que a conta beneficiada seja usada para fraudes e o bloqueio será imediatamente **comunicado** ao usuário recebedor.

Muito embora seja um avanço, tecnologicamente hoje é possível fazer mais, e diferente. O Wallet digital já está incorporado no cotidiano de pagamento de diversos países. As carteiras digitais guardam os dados pessoais e financeiros do usuário. Assim, sempre que é preciso fazer um pagamento, é possível utilizá-la por meio da aproximação do celular a uma maquininha ou da leitura de um QR code.

É muito importante estarmos atentos com o crescimento do e-commerce internacional, que conta com uma comunidade com cerca de 300 milhões de migrantes estrangeiros ao redor do mundo. Há uma demanda por alternativas mais ágeis e seguras para realizar remessas e pagamentos internacionais utilizando o Pix. Imagine o volume de transações e o impacto que isso poderá gerar para o **PIB**.

Hoje, quase 4,2 milhões de brasileiros vivem no exterior, segundo dados do Itamaraty, ao passo que cerca de 1,2 milhão de imigrantes vivem em território brasileiro. As remessas de brasileiros no exterior para

suas famílias no Brasil representaram 0,2% no **PIB** de 2020.

A agenda do Banco Central prevê uma série de mudanças nas normas cambiais que vão abrir espaço para a chegada do PIX Internacional. Desde a data de seu lançamento, o BC realizou consulta pública com foco na evolução dos facilitadores de pagamentos internacionais. A ideia é trazer novos arranjos de pagamento dentro da regulamentação cambial, o que pode ampliar as possibilidades das fintechs na prestação de serviços. Esses esforços estão alinhados com uma tendência global de facilitar e baratear as transferências internacionais. Na corrida pela digitalização do mercado financeiro, o Pix coloca o Brasil em posto avançado.

LUIZ COIMBRA Co-CEO e fundador da Shipay, fintech que integra os principais pagamentos digitais por QR Code

Lira quer votar hoje a PEC dos precatórios



O presidente da Câmara, Arthur Lira, adiou a votação na semana passada porque não tinha a garantia dos 308 votos necessários para aprovar a PEC 23

Israel Medeiros e Tainá Andrade

Brasília - Principal aposta do governo para bancar os R\$ 400 do Auxílio Brasil, programa social que substitui o Bolsa-Família, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2021, chamada de PEC dos Precatórios, pode ser votada hoje. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), convocou líderes partidários para um almoço em sua residência oficial, em Brasília. É um movimento semelhante ao que fez na semana passada, quando procurou líderes da oposição após o adiamento da votação por falta de quórum. Naquela oportunidade, a conversa não deu em nada e a oposição reafirmou seu posicionamento contrário à PEC. Mesmo assim, saiu da reunião afirmando que iria conversar com os líderes contrários, um a um.

A PEC amplia o teto de gastos para cerca de R\$ 90 bi para garantir pagamento do auxílio. Para hoje, o governo e a presidência da Câmara esperam que as conversas sejam mais produtivas. Segundo Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, a reunião ocorrerá ao meio-dia e será um encontro corriqueiro e semanal para discutir, além da pauta da semana, a PEC 23, para "analisar a posição dos partidos". Barros disse que a votação já está garantida para hoje.

Sobre a dificuldade de aprovar o texto, Barros disse que "a oposição não quer que Bolsonaro pague o Auxílio Brasil para os milhões de brasileiros mais pobres porque acha que é um monopólio do Lula". "Querem prejudicar o Brasil por causa de interesse político", argumentou Barros. A oposição, por outro lado, diz que as novas regras para o pagamento de dívidas judiciais representam uma espécie de calote.

Ao menos 130 dos 513 deputados - do PT, PSB, PDT, PCdoB, Psol e Rede - já declararam voto contra a

PEC. "Somos contrários porque entendemos que representa um calote nos brasileiros, que lutam há décadas na Justiça para receber. O segundo motivo é a perda de recursos para a educação, por meio da perda dos precatórios do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)", pontua Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da oposição.

Entre os partidos do Centrão, a tendência é de apoio à proposta. Na semana passada, parlamentares do PSD se mostraram esperançosos sobre a possibilidade de um acordo, especialmente no que diz respeito aos precatórios devidos pela União à Bahia - estado que tem mais dinheiro a receber, cerca de R\$ 10 bilhões do total de R\$ 16 bi devidos também a Ceará, Pernambuco e Amazonas.

Segundo o deputado Efraim Filho (PB), líder do DEM na Câmara, alternativas estão sendo estudadas para tentar resolver a questão dos precatórios. "A que for mais sólida em termos de votos deve prevalecer. Arthur Lira está trabalhando firme para conquistar essa maioria e tem sido o grande articulador em defesa da PEC. O Democratas fará reunião da bancada nesta quarta, mas trabalha tentando construir uma solução", afirmou.

Apesar do pouco tempo para aprovar o texto, ele não acredita que a proposta será enterrada. Efraim afirma que o almoço com Lira será fundamental para ver se o tema tem chances de prosperar e alcançar os 308 votos necessários para fazer a PEC avançar.

Segundo deputados, Lira orientou os parlamentares a registrarem presença pela manhã hoje, o que pode significar que ele pretende ter quórum para votar projetos importantes e poderá tentar incluir textos polêmicos como o do homeschooling (ensino domiciliar) para tentar dividir a atenção e desarticular lideranças que são contrárias à PEC dos Precatórios.

O deputado Israel Batista (PV-DF) teme que essa seja mesmo a estratégia de Lira. Ele argumenta que as dificuldades do governo para conseguir votos vieram após a aprovação do texto na comissão especial. "O governo estava contando com uma aprovação rápida, que as forças afetadas por essa decisão não iriam ter tempo de se mobilizar. Ele conseguiu ser rápido na comissão especial, mas quando chegou ao plenário houve mobilização da Servir Brasil, a oposição começou a jogar pesado contra a PEC 23 e as coisas começaram a ficar mais difíceis para o governo",

pontuou.

Moeda de troca no plenário

Brasília- Após a aprovação do projeto na comissão especial, os deputados passaram a avaliar a proposta de forma mais aprofundada, o que levou preocupações também para os parlamentares de perfil liberal, como os integrantes do Novo. Para o deputado Israel Batista (PV-DF), do jeito que está é possível que o governo só consiga alcançar os votos se oferecer emendas parlamentares em troca.

"O que faria eles mudarem de opinião seria uma farra de emendas parlamentares, estamos vendo que há essa possibilidade. O governo viu que não tinha como avançar na PEC da Reforma Administrativa e há indícios de que aqueles R\$ 20 milhões poderiam ir para a aprovação da PEC 23, que é mais importante eleitoralmente para o governo, que pode fazer populismo com dinheiro público", afirma Batista.

"Os parlamentares e o próprio setor financeiro não tinham compreendido ainda como a PEC os afetava, trazendo insegurança jurídica e alta na taxa de juros. Entendemos que essa alta tem a ver com a PEC dos Precatórios, o calote numa decisão judicial pode se ampliar para outras dívidas governamentais. A capacidade de pagamento do governo, obediência às decisões judiciais. A força da oposição ganhou reforço da direita liberal, como o Novo."

"BOMBA" Paulo Ganime (Novo-RJ), líder do Novo, afirmou que a articulação para retirar a matéria de pauta é a única negociação possível. "A pergunta tem que ser: qual a razão para alguém querer aprovar uma proposta como essa?. O projeto é uma bomba. Um dos maiores atentados contra a economia brasileira das últimas décadas, porque cria o calote do calote, fura o teto, aumenta a dívida pública, diminui a confiança - já pequena -no governo brasileiro. Pode ampliar a crise econômica de uma forma que será muito difícil reverter, aumentando o dólar, a **inflação**, a dívida pública. Gerando desemprego e perda de poder de compra da população", diz.

Unindo liberais e oposição, a PEC ganhou diversos inimigos desde a semana passada, como o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ). Ele anunciou, na semana passada, que deixaria seu cargo na gestão de João Doria (PSDB), em São Paulo, para reassumir seu mandato de deputado e votar contra a PEC. Ele deve retornar ao seu cargo na Secretaria de Projetos e Ações Estratégicas do governo Doria após a votação.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Moratória para as dívidas das famílias, não para os precatórios (Tendências / Debates) (Artigo)

Carlos Vainer Professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ

Está nos dicionários: prorrogação, adiamento ou parcelamento de uma dívida se chama moratória, seja decretada unilateralmente ou de acordo entre credores e devedores. Logo, a PEC dos precatórios tem nome: moratória.

Esta moratória pública viria se juntar a uma infinidade de dívidas não honradas pelo Estado brasileiro -em primeiro lugar, a dívida social, que torna fictícios os direitos constitucionais à saúde, educação, assistência social, moradia, meio ambiente equilibrado; em segundo lugar, a dívida com as universidades, a ciência e a cultura. As moratórias dessas dívidas foram decretadas unilateralmente pelos governos.

O calote social tem valores incalculáveis, mas suas consequências são mensuráveis: avanço da miséria, 100 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar, redução da expectativa de vida, recuo da vacinação infantil, degradação da escola pública...

O calote universitário, científico, tecnológico e cultural se expressa na degradação de nossos laboratórios e universidades, no sucateamento de nossos equipamentos culturais e na desmontagem de políticas de apoio aos agentes que promovem a cultura enquanto bem público.

Há, porém, uma dívida privilegiada, a única que os analistas designam pomposa e respeitosa de dívida pública, sempre honrada de maneira escrupulosa: aquela de que são credores os detentores de títulos do Tesouro. Apenas em 2020, o montante executado com os juros da dívida pública federal foi de R\$ 347 bilhões (R\$ 515 bilhões, segundo cálculos da Auditoria Cidadã da Dívida), quase 10% (ou mais) do dispêndio total da União (R\$ 3,535 trilhões). Comparados a estes valores, tanto os R\$ 600 milhões sursurriados do CNPq quanto os R\$ 90 bilhões dos precatórios são ninharia.

Quem são estes privilegiados credores que nunca deixam de receber? Mais de 50% são instituições financeiras, fundos de investimento e seguradoras;

25% são fundos de previdência e 12% são estrangeiros. É a "bolsa banqueiro".

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, realizada pela Confederação Nacional do Comércio, informa o que acontece do outro lado da sociedade: em setembro de 2021, foi alcançado o recorde de famílias endividadas. São hoje 74%. O número de famílias com pagamentos atrasados atingiu 25% do total. A situação é pior para as famílias mais pobres, com renda de até 10 salários mínimos: são 75% as endividadas e 28% as inadimplentes. Enfrentando desemprego e subemprego, redução da renda e **inflação** crescente, muitas famílias comprometem 30% de tudo o que ganham com o pagamento de dívidas.

A decantada democratização dos cartões de crédito, do crédito ao consumidor e do crédito consignado mostra sua face perversa: a submissão de cidadãos e cidadãs a uma verdadeira escravidão por dívida, já que trabalham para pagar dívidas. E nem interessa aos credores que paguem a dívida, mas que se endivitem e paguem os juros -pelo resto de suas vidas.

No momento em que a dupla Guedes-Bolsonaro vai ao Congresso para validar a moratória dos precatórios, é chegada a hora de que este mesmo Congresso alivie a carga da dívida que submete dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras.

Uma medida bastante simples seria a moratória, pelo prazo de 24 meses, de todas as dívidas inferiores a R\$ 50 mil e, no caso das dívidas contraídas para aquisição de imóvel, de todas aquelas inferiores a R\$ 150 mil. Seria um ônus pequeno para aqueles rentistas que acumulam muitas dezenas de milhões de reais com juros da dívida pública. Por outro lado, teria impacto muito positivo sobre as condições de vida de milhões, e, como efeito derivado, provocaria aumento da demanda, favorecendo a retomada da economia produtiva em detrimento da economia dos rentistas financeiros. Nada mais justo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

**18&_ga=2.35078884.49060774.1635736836-
1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&a
nchor=6444679&pd=cf64c1fa3d4d5d0b901446acf578951b**

Retirada de estímulos nos EUA vai pressionar Brasil a reduzir risco e é desafio para o câmbio

Clayton Castelani

SÃO PAULO

A economia brasileira, já prejudicada por cenários político e fiscal conturbados e por uma **inflação** de difícil controle, pode enfrentar um ambiente global mais desafiador a partir desta semana.

O Fomc (comitê de política monetária do Federal Reserve, o banco central americano) inicia nesta terça-feira (2) a sua reunião de dois dias e, na tarde desta quarta (3), deverá formalizar os termos da retirada gradual dos estímulos econômicos criados durante a pandemia de Covid-19. Atualmente, o Fed (Federal Reserve) realiza compras mensais de US\$ 120 bilhões (R\$ 677 bilhões) em títulos hipotecários e do Tesouro americano para garantir liquidez ao mercado e, assim, amenizar os efeitos do esfriamento da atividade econômica em meio às restrições geradas pela crise sanitária. Com a pandemia perdendo força devido à vacinação e os empregos se restabelecendo aos poucos, o Fed começará a secar essa fonte, também como forma de desacelerar a **inflação** que ganhou força nos últimos meses.

A expectativa é que a redução seja de aproximadamente US\$ 20 bilhões (R\$ 113 bilhões) por mês, o que extinguiria o programa em meados de 2022.

Esse afilamento do fluxo de recursos destinado ao mercado americano, que por lá é chamado de "tapering", tem entre seus efeitos colaterais a redução da disponibilidade global de dinheiro para investimentos.

Economias emergentes, como a brasileira, tendem a ser afetadas pela diminuição da liquidez mundial. Com menos dinheiro disponível, investidores passam a restringir os valores que destinam a aplicações consideradas mais arriscadas.

No Brasil, onde a instabilidade política e o temor sobre descontrole dos gastos públicos já vêm provocando a valorização da moeda americana frente ao real, o tapering poderá significar ainda mais pressão sobre o

câmbio.

"Uma mudança na política monetária nos Estados Unidos levaria à saída de capital dos países emergentes. Logo, a desvalorização cambial pressionaria a **inflação**. O remédio seria o aumento maior da taxa de juros", avaliou a Suno, em boletim a investidores.

A alta dos juros brasileiros aumenta o prêmio para aplicações em títulos do país e, teoricamente, amenizaria a fuga exagerada de dólares. Mas essa não é uma tarefa simples, principalmente neste momento.

Acelerar ainda mais o avanço da taxa básica de juros brasileira (Selic) restringiria o crédito, dificultando ainda mais a geração de empregos e o crescimento econômico.

Além disso, o BC (Banco Central) brasileiro já iniciou esse processo para tentar conter a disparada da **inflação** local.

Na semana passada, a Selic subiu 1,5 ponto percentual, para 7,75% ano a ano. Analistas consultados na pesquisa Focus do BC estimam que a taxa encerrará o ano em 9,25%. O mercado, por sua vez, vem se antecipando ao cenário de maior pressão inflacionária com o aumento dos juros futuros de curto prazo. A taxa DI (Depósitos Interbancários) para janeiro de 2023, referência para a maioria dos contratos, subiu 4 pontos percentuais desde 31 de agosto, passando de 8,4% para 12,4% ao ano.

Esse contexto deixa pouco espaço para o BC acelerar a Selic para reagir à mudança nos EUA, mesmo porque, o prêmio pago pelo Brasil já é considerado suficientemente alto para competir com o exterior.

AUMENTO DE JUROS NOS EUA

O Fed também poderá comunicar nesta quarta se haverá ou não elevação dos juros da economia americana, dando sequência assim à retirada completados estímulos adotados no curso da pandemia. Enquanto o início da redução da compra de

ativos é dado como certo pela maioria dos conselheiros do Fed, não há consenso sobre a necessidade de aumentar a taxa em 2022

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49718&_ga=2.35078884.49060774.1635736836-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&anchor=6444679&pd=cf64c1fa3d4d5d0b901446acf578951b